

Os Desafios da Juventude num Contexto de Crise e Polarização em Moçambique

- O Censo de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, indicou que 66% da população moçambicana era composta por pessoas com menos de 25 anos de idade. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), cerca de 80% da população têm menos de 35 anos, evidenciando que Moçambique é uma nação jovem, com uma grande parte da população em fase de transição para a vida adulta. O crescimento demográfico, particularmente entre os jovens, pode ser considerado uma oportunidade significativa para o desenvolvimento do país, desde que o Estado invista de forma eficaz em áreas essenciais como saúde, educação, habitação e emprego.



No âmbito das políticas voltadas para a juventude, o governo de Filipe Nyusi, durante o seu segundo mandato, com financiamento do Banco Mundial, implementou o “Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis” e projectos como o “Meu Kit, Meu Emprego”, que visavam fomentar o empreendedorismo jovem. No entanto, os resultados não atingiram as expectativas, com a meta de criar 3 milhões de postos de trabalho para a juventude não sendo alcançada. Além disso, essas iniciativas foram frequentemente criticadas pelo facto de

o seu acesso estar associado politicamente ao partido no poder, o que comprometeu a sua abrangência e imparcialidade.

No dia 15 de Janeiro de 2025 tomou posse o Presidente da República, Daniel Chapo, que no seu discurso inaugural prometeu dar especial atenção aos problemas da juventude. Em 27 de Janeiro, Chapo nomeou, de entre vários ministros, Caifadine Manasse, para ocupar a pasta da Juventude e Desportos. Caifadine Manasse, antigo secretário para a Área de Mobilização e Propaganda e porta-voz do par-

tido Frelimo, e antigo deputado desse partido, irá dirigir o Ministério da Juventude e Desportos num contexto de enormes desafios, com uma juventude cada vez mais exigente, porque consciente dos seus

direitos, como se viu nas manifestações que, para além de terem sido contra a fraude, também foram uma expressão de insatisfação face às políticas públicas excludentes e marginalizadoras para os jovens.

Principais Desafios Enfrentados pela Juventude Moçambicana

1. Desemprego e Subemprego:

O Impasse do Mercado de Trabalho Juvenil

O desemprego, combinado com o subemprego, constitui um dos maiores obstáculos para os jovens em Moçambique. Embora a população jovem seja uma parte significativa da sociedade, o mercado de trabalho formal é altamente competitivo e saturado. A falta de qualificação técnica e profissional adequada impede muitos jovens de se inserirem em sectores estratégicos da economia. Além disso, a escassez de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de novas indústrias ou a criação de ambientes empresariais inclusivos agrava ainda mais a situação. O emprego informal, embora represente uma saída para muitos, não oferece garantias de estabilidade financeira e carece de uma regulamentação que proteja os direitos dos trabalhadores. Muitas vezes, os jovens acabam por aceitar trabalhos com baixos salários, em condições precárias e sem benefícios sociais, o que dificulta a construção de uma vida digna e sustentável.



2. Violência e Insegurança: Impactos dos Conflitos no Futuro da Juventude

A violência e a insegurança têm-se intensificado em várias regiões de Moçambique, em grande parte devido aos conflitos armados, especialmente em Cabo Delgado, além da instabilidade política e social. Para os jovens, esse cenário representa um risco duplo: ao mesmo tempo que afecta a sua segurança física, também provoca danos significativos à sua saúde mental e emocional. O trauma causado pelo deslocamento forçado, pela perda de entes queridos e pela exposição a situações de violência prolongada pode ter efeitos de longo prazo, como depressão, ansiedade e transtornos de *stress* pós-traumático. A ausência de um sistema de apoio psicológico robusto agrava essa situação, deixando muitos jovens vulneráveis e sem as ferramentas necessárias para lidar com as adversidades.

3. Saúde e Saúde Mental:

Desafios no Acesso e na Prevenção

Embora tenha havido avanços no sistema de saúde pública, a juventude moçambicana ainda enfrenta desafios significativos no acesso a cuidados básicos e à prevenção de doenças. A incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), incluindo o HIV/SIDA, continua a ser uma preocupação central. A falta de educação sexual abrangente e a escassez de serviços de saúde especializados, principalmente nas áreas rurais, agravam o risco de contaminação entre os jovens. Além disso, a saúde mental emerge como uma questão cada vez mais relevante, uma vez que os jovens lidam com pressão social, expectativas familiares e uma realidade económica incerta. A estigmatização de transtornos mentais e a ausência de políticas públicas adequadas de saúde mental tornam o cenário ainda mais desafiante.



4. Exposição a Drogas e Comportamentos de Risco:

A Falta de Alternativas Saudáveis

O uso de drogas ilícitas e o abuso de álcool são problemas crescentes entre os jovens moçambicanos, particularmente nas áreas urbanas. Essa realidade é frequentemente associada à falta de alternativas de lazer e à busca por formas de escape frente a uma realidade social difícil. A pressão dos pares, o isolamento social e a falta de acompanhamento adequado em muitos casos contribuem para que jovens se envolvam em comportamentos de risco. A ausência de espaços de convivência saudáveis e de programas eficazes de prevenção do uso de substâncias psicoactivas reflecte a falta de políticas públicas voltadas para a promoção de hábitos de vida saudáveis e para a criação de alternativas de lazer que possam afastar os jovens do consumo de drogas. Acresce-se aqui o facto de vários campos para a prática de desportos ou espaços verdes nas principais cidades têm sido privatizados para dar espaços a construção de infra-estruturas e serviços, muitas vezes de forma corrupta.

5. Exclusão Social e Marginalização:

Desafios para Jovens em Situação de Vulnerabilidade

A marginalização e a exclusão social continuam a ser desafios centrais para muitos jovens moçambicanos, especialmente aqueles pertencentes a grupos étnicos marginalizados ou que vivem em condições de deslo-

camento forçado. A falta de acesso a direitos fundamentais, como educação de qualidade, saúde e emprego, perpetua um ciclo de desigualdade que exclui grandes segmentos da juventude. A estigmatização e a discriminação enfrentadas por esses jovens dificultam a sua integração social e o seu acesso a oportunidades, contribuindo para uma sensação de desesperança e isolamento social.

6. Participação Política e Cidadania:

O Desengajamento Juvenil e a Falta de Representatividade

A participação política dos jovens em Moçambique continua a ser extremamente limitada. Embora o país tenha um expressivo número de jovens, a sua representação nas esferas de poder e decisão política é escassa. A falta de canais eficazes de participação e a percepção de que os processos políticos são dominados por interesses de grupos específicos, em detrimento das reais necessidades da juventude, geram um desengajamento generalizado. Muitos jovens sentem-se marginalizados e desiludidos com o sistema político, o que contribui para uma postura de desinteresse e passividade face à política nacional. A ausência de políticas inclusivas que permitam aos jovens influenciar directamente a formulação de políticas públicas reforça essa lacuna de representatividade.

7. Acesso à Terra e Habitação:

Barreiras para Um Futuro Sustentável

O acesso à terra e à habitação representa um

dos maiores desafios para a juventude moçambicana, especialmente nas zonas rurais e periurbanas. Um exemplo claro de falha nas políticas de acesso à terra foi o Programa SUSTENTA, lançado durante a anterior governação, que tinha como objectivo apoiar agricultores e impulsionar a agricultura em Moçambique.

Embora o programa tenha sido um dos maiores esforços do governo para apoiar o sector agrícola, ele não conseguiu integrar de forma eficaz a juventude. A grande parte dos jovens não teve acesso a terras para a prática da agricultura, o que os impediu de ingressar na cadeia de valor agrícola e de gerar sustento a partir desse sector estratégico. Em vez disso, o programa foi criticado por beneficiar as elites do partido FRELIMO nas províncias, redistribuindo recursos de forma desigual e deixando os jovens à margem.

Além disso, as políticas habitacionais também sofreram uma descontinuidade significativa. Projectos como o "Condomínio Intaka" (com a construção de 5.000 casas), "Casa Jovem" e "Vila Olímpica" foram substituídos por iniciativas como RENASCER, implementado pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), com construção de Moradias Tipo 0, cujos números eram extremamente limitados, chegando a menos de 50 casas por província. Mesmo assim, o acesso a essas moradias foi restrito a jovens do partido FRELIMO e, em alguns casos, a funcionários públicos de cargos de chefia que já possuíam privilégios em relação à habitação. A falta de uma abordagem inclusiva e transparente nas políticas habitacionais perpetuou a exclusão de uma grande parte da juventude moçambicana, que se viu privada de condições básicas para estabelecer uma vida digna e estável.

Oportunidades para o Novo Governo: Uma Abordagem Mais Inclusiva e Eficaz

As manifestações que ocorreram entre Outubro e Dezembro de 2024, organizadas em grande parte pela juventude, devem servir como um alerta para o novo governo de Daniel Chapo. Para além da necessidade urgente de investimentos nos sectores de saúde, educação, habitação e emprego, o governo tem a oportunidade de repensar as suas políticas de juventude, promovendo uma maior

inclusão, transparência e diversidade nas oportunidades oferecidas aos jovens. Para que o país possa realmente colher o dividendo demográfico, é fundamental que os jovens, independentemente da sua orientação política ou contexto social, tenham acesso a oportunidades iguais, sem discriminação, e que as suas vozes sejam ouvidas nas decisões que afectam o seu futuro.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

